



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa legislativa visa revogar integralmente o art. 103-C da Lei nº 1.595, de 10 de fevereiro de 1977, que atualmente estabelece a vedação da comercialização de bebidas alcoólicas por ambulantes, food trucks, barracas desmontáveis e similares, salvo autorização específica em eventos determinados pelo Poder Executivo.

Com efeito, à luz da contemporânea principiologia constitucional e da ordem jurídica municipal consolidada na Lei Orgânica do Município de Votuporanga, impõe-se uma reavaliação dos dispositivos que restringem de maneira genérica e desproporcional o livre exercício de atividade econômica (art. 170, caput, da Constituição Federal), o qual deve observar apenas limites necessários e razoáveis para a proteção da ordem pública, da segurança, da saúde e da moralidade administrativa.

A proibição genérica ora combatida carece de adequada fundamentação proporcional e razoável, violando, ainda, o princípio da livre iniciativa (art. 1º, inciso IV, da CF) e o direito fundamental ao trabalho e à livre concorrência (art. 170, inciso IV, da CF). A simples comercialização de bebidas alcoólicas por ambulantes e congêneres, se devidamente licenciada e fiscalizada pelos órgãos competentes, não enseja, por si só, riscos sociais que justifiquem tamanha restrição.

Assim, a revogação do art. 103-C representa medida de desburocratização e de incentivo ao desenvolvimento econômico local, ampliando oportunidades de geração de renda, sobretudo para pequenos empreendedores, em consonância com o microssistema jurídico do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006).

Cumprir destacar que a fiscalização do exercício dessas atividades deverá continuar a ser realizada com rigor, cabendo à Administração Pública Municipal, no exercício do seu poder de polícia, adotar as providências necessárias para coibir eventuais abusos, especialmente quanto à segurança, ao sossego e à higiene pública (art. 30, inciso I, da Constituição Federal; art. 8º, inciso V, da Lei Orgânica Municipal).

Portanto, a proposta em apreço, ao revogar o dispositivo em análise, não implica em descontrole do comércio de bebidas alcoólicas, mas apenas suprime uma vedação genérica e desproporcional, restabelecendo o equilíbrio entre o interesse público e as liberdades fundamentais.

É o que se propõe.

DR. LEANDRO
AUTOR

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

